

Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão

A prisoner's woman is never alone: Gender and Violence in prison visitation

Natália Bouças do Lago

*Doutoranda em Antropologia Social (PPGAS/USP) sob orientação de Júlio Assis Simões. Mestre em Antropologia Social (USP). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas/USP).
natalia.lago@usp.br*

RESUMO

Neste artigo, exploro as tensões e relações que permeiam os trânsitos entre dentro e fora da prisão a partir de mulheres que não estão presas, mas entram na prisão como visitas. A etnografia se desenvolve nos “bastidores” do processo de visitação: uma pensão situada em um município do oeste paulista que recebe, nos fins de semana, mulheres que se deslocam de diversas partes do estado para visitar seus maridos e filhos. A pensão, além de servir de pouso, é um dos locais onde mulheres trocam bens, informa es e histórias sobre os inúmeros momentos de entrada e saída das prisões. Tais interlocu es ocorrem em meio a tensões e envolvem vínculos de solidariedade, disputas e produ o de diferenças entre as mulheres, que articulam a figura da mulher de preso.

PALAVRAS-CHAVE

Prisão – Viol ncia – G nero

ABSTRACT

In this article I explore the tensions and relationships that permeate transits between in and out of prison from women who are not incarcerated but enter prison as visitors. The ethnography is developed in the “backstage” of the process of visitation: a pension, located in a city from the western part of São Paulo, that receives women on weekends from various cities of the state to visit their husbands and sons. The pension, besides serving as a resting point, is one of the places where women exchange goods, information and stories about the innumerable moments of entering and exiting the prisons. Such dialogues occur in the midst of tensions and involve ties of solidarity, disputes and the production of differences between women, which articulate the figure of the prisoner’s woman.

KEY WORDS

Prison – Violence – Gender



O dia ainda não raiou quando a perua chega à porta da prisão. As mulheres descem carregando pesadas sacolas transparentes que levam potes plásticos com comida, alimentos embalados, refrigerantes, cigarros e itens diversos de higiene – o chamado *jumbo*¹. Quando descem da perua, algumas vão se abrigar ao lado da porta da prisão para esperar a abertura do guichê onde, a partir das seis da manhã, aos sábados e domingos, um funcionário vai verificar documentos e números de senha – a primeira de uma série de paradas até que as mulheres finalmente alcancem a entrada dos raios e se encontrem com aqueles que vieram visitar². Outras, como eu, atravessam a rodovia e se juntam à barraquinha da Flora³, que começa a surgir com as mesas e cadeiras de metal que saem do porta-malas da perua. No início da manhã o céu muda de cores e permite, aos poucos, que se identifiquem as linhas da prisão, a estrada, o pasto ao lado do muro. No acostamento, um cachorro se espreguiça e volta a se encolher – assim como nos encolhemos todas nós, esperando que o sol apareça e o frio diminua.

As mesas que formam a barraquinha, dispostas em linha, servem para que Flora e Fabiana, mãe e filha, entreguem potes com refeições encomendadas e vendam comidas e bebidas. As cadeiras também servem para abrigar mulheres e conversas enquanto a hora de entrar não chega – ou melhor, enquanto a senha não é gritada pela guia da fila. É ali que fico, sentada ou em pé, ajudando a dizer preços e a distribuir encomendas, enquanto Flora e Fabiana contam a quem chega: *essa é a Natália. Ela é pesquisadora e quer conversar com vocês. Essa aí tem história pra contar, Natália, conversa com ela!*

Este artigo propõe uma reflexão relacionada à pesquisa de doutorado que desenvolvo junto a mulheres, esposas e mães de homens presos, que os visitam em uma penitenciária do interior do estado de São Paulo⁴. Enfatizo mulheres porque elas são a maioria absoluta nos espaços compartilhados durante os finais de semana de visita. A partir dessas mulheres e das relações que estabelecem entre si e a prisão busco apresentar a produção de

1. As palavras, expressões e frases grafadas em itálico são ditas pelas mulheres com quem converso em campo.

2. Os raios são uma divisão organizativa do espaço físico da prisão que designa os corredores onde se localiza um conjunto de celas. As pessoas presas em um raio geralmente não podem transitar para outro, limitação extensiva às suas visitas.

3. Os nomes de pessoas e lugares utilizados ao longo do texto são fictícios.

4. A pesquisa, intitulada *Nem dentro, nem fora: gênero, trânsitos e associações de mulheres que circulam pela prisão*, tem como proposta mais ampla explorar as relações entre dentro e fora da prisão a partir da sua articulação com gênero e família. Nesse sentido, uma das frentes etnográficas da pesquisa é acompanhar os processos que envolvem as visitas.



classificações em torno da figura da mulher de preso que emergem das relações entre mulheres e entre mulheres e homens presos e que envolvem episódios de solidariedade e de violência.

Percorrer os caminhos e transitar entre rua e prisão exigem que elas aprendam formas pelas quais é possível se movimentar. No contexto etnográfico que trato no presente texto, o caminho entre casa e prisão tem um dos principais pontos de parada na pensão que hospeda as mulheres (onde eu também me hospedo) e na própria porta da prisão, onde esperam para entrar e convivem umas com as outras compartilhando histórias, discórdâncias, disputas, solidariedade.⁵

Gênero e violência são aqui mobilizados como categorias analíticas que organizam as informações coletadas na porta da prisão e na pensão na qual algumas mulheres se hospedam. As narrativas remetem aos trânsitos envolvidos na visitação aos presos, que articulam o dentro e o fora do cárcere e passam pelas cidades de origem, pela cidade-sede da penitenciária, pela fila e para o interior dos muros da prisão.

O começo de uma jornada



Chegar à prisão para visitar uma pessoa presa é um dos trechos de uma jornada que demanda tempo, recursos, relações e muda a vida das mulheres que passam a viajar, com mais ou menos frequência, para visitarem seus maridos e filhos presos. São muitas as paradas envolvidas desde a saída da cidade de origem até a porta da prisão. Da porta “para fora”, há tempo e dinheiro empregados nas longas viagens, na estadia e na preparação dos alimentos que serão levados aos presos. Da porta “para dentro”, outras paradas e interlocuções com agentes penitenciários se impõem. O *jumbo* é revistado. As mulheres desnudam-se e se submetem à revista vexatória⁶. Caminham, nuas, por um detector de metais que pode *apitar* indicando (ou não) a tentativa de entrar com objetos proibidos e motivar um *gancho*, ou seja, uma proibição temporária de realizar visitas. As tensões motivadas pelos muitos pontos de parada estão presentes ao longo de todo o fim de

5. As observações, conversas e entrevistas que possibilitaram a produção dessas informações ocorreram, principalmente, na pensão e na própria porta da prisão. Frequento esses espaços desde 2014, quando os visitei pela primeira vez a convite de Rafael Godói, também pesquisador sobre prisões. Agradeço a ele por abrir essa interlocução e me apresentar a pessoas fundamentais no campo.

6. As discussões em torno da revista vexatória são parte das questões envolvidas em minha pesquisa de doutorado. No entanto, optei por não trazer essa discussão para o presente artigo.

semana de visitas e são tema de conversas e negociações entre as mulheres. Ao mesmo tempo, os recursos envolvidos na viagem, na compra de alimentos e outros bens e nos trajetos até a porta da prisão são não apenas parte da jornada da visita, mas constituem possibilidades de ganhar a vida. Flora e Fabiana, apresentadas no início desse texto, vivem do dinheiro que a prisão traz. Flora mudou-se de São Paulo para Tamara⁷ porque Ítalo, seu marido, estava preso na cidade. Quando ele foi solto, decidiram estabelecer-se ali e começaram a receber pessoas em uma hospedaria, que chegou a ser maior do que a pensão dos dias de hoje. Enquanto Ítalo é responsável pelo transporte das mulheres da cidade até a porta da prisão, realizado em uma perua, Flora e Fabiana tomam conta dos negócios relacionados à pensão e à venda de alimentos – tanto as refeições encomendadas quanto os salgados, lanches e refrigerantes vendidos por ambas na barraquinha montada em frente à porta da prisão. Fabiana, com 18 anos, é ainda a responsável por receber e negociar as encomendas e cozinhar parte das refeições; Fernanda, a filha mais nova, com 13 anos, também trabalha junto a Flora e Fabiana preparando as comidas que são vendidas nos finais de semana.



As visitas nas prisões e a participação das mulheres nesses processos contribuem para pensar os trânsitos entre prisão e rua em diferentes contextos. As noções de “prisonização secundária”, em que a pena de prisão é entendida como se estendendo aos familiares (COMFORT, 2007) e a compreensão dos sentidos de liberdade e de aprisionamento vivenciados tanto por visitas quanto por pessoas presas (RICORDEAU, 2012) permeiam algumas das reflexões a esse respeito em diferentes contextos nacionais. Nesses trabalhos, as relações de afeto entre-muros são centrais para o entendimento da prisão e das suas formas de expansão para além do seu espaço físico-institucional e para além das pessoas às quais ela serviria como punição. Nesse sentido, olhar para as redes de relações e de afetos constituídas através da prisão é parte de um olhar mais amplo sobre a própria prisão (PADOVANI, 2015). Em consonância com essa perspectiva, outras contribuições argumentam sobre a importância teórico-política de explorar as articulações entre gênero, sexualidade e prisões para além dos contextos etnográficos que têm sido costumeiramente associados a gênero – como as unidades

7. Reitero que, assim como das pessoas que ali circulam, o nome da cidade é fictício.

femininas e as que recebem população LGBT. Tal esforço é produzido seja mobilizando trabalhos que se propõem a discutir gênero e sexualidade nas prisões, seja em leituras “a contrapelo” (MCCLINTOCK, 2010) de trabalhos relacionados ao mundo prisional (LAGO e ZAMBONI, 2016).

Reitero, por mais óbvio que pareça, que a prisão atravessa as relações das mulheres com seus homens, presos. A prisão é presença e é parte importante da relação. Ao entrar na prisão para encontrarem-se com os seus, as mulheres se deparam com regras, constrangimentos e violações perpetradas pela instituição prisional. Ao mesmo tempo, essas mulheres – e sua possibilidade de entrar e sair da prisão – são fundamentais para o fluxo de informações, auxílios e mercadorias entre o dentro e o fora, e são centrais para o abastecimento da prisão e para agilizar processos judiciais que envolvem seus familiares (GODOI, 2015).

Chegar na cidade, chegar na prisão

A visita aos homens presos não começa com a chegada à porta da prisão no fim da madrugada, tampouco tem início com a chegada na pensão onde Flora e Fabiana recebem visitantes e de onde garantem o sustento da família. A visita já começa nas cidades de onde partem as mulheres – São Paulo, Ribeirão Preto, Bauru, Piracicaba –, que se esforçam para chegar em Tamara ainda na sexta-feira, o mais cedo possível. Chegar na cidade na manhã da sexta-feira garante conseguir uma *senha baixa*, ou seja, permite que se pegue o início da fila para entrar na prisão. O número da senha obtida estabelece a ordem da entrada das mulheres que farão a visita na penitenciária⁸. A distribuição das senhas é feita, em um primeiro momento, pela *guia da fila* em sua casa, situada em um bairro afastado do centro da cidade.

A posição de *guia da fila* é ocupada, geralmente, por uma mulher que também realiza visitas na penitenciária, e o valor semanal que recebe pelo trabalho – cerca de 300 reais – não é pago pela instituição prisional, mas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC)⁹. A *guia* da penitenciária de Tamara



8. As visitas que chegam a Tamara em ônibus fretados são ordenadas em uma “fila” desde a cidade de origem – quem chega antes no local de saída do ônibus fica à frente das demais na retirada da senha na casa da guia da fila; essa ordem é anotada e coordenada pela guia do ônibus. Esse processo é discutido em na tese de Rafael Godoi (2015).

9. O PCC é um coletivo de presos que estabelece modos de proceder dentro e fora das penitenciárias, e acredita-se que está presente em mais de 90% das penitenciárias paulistas. Há uma série de trabalhos que discutem o PCC e a observância de seus procedimentos dentro e fora de instituições de privação de liberdade, entre eles: FELTRAN, 2008; BIONDI, 2009; MARQUES, 2009; MALLART, 2014.

passou a ocupar a posição quando o marido estava preso ali; no entanto, ele foi transferido para outra unidade e ela continua a organizar a distribuição das senhas e a contar com o pagamento semanal. Ela é uma das primeiras a chegar e a última a sair da porta da prisão, e seu trabalho requer não só essa primeira distribuição das senhas em sua casa, mas também a organização da fila na porta, gritando números e nomes de mulheres que ficam umas atrás das outras aguardando a conferência dos documentos para que possam atravessar o primeiro portão. Encerrada a fila, a guia vai até a cidade onde o marido está preso para visitá-lo.

Ainda, é responsabilidade da *guia* encaixar na fila as *preferenciais* – mulheres com mais de seis meses de gravidez, ou com crianças pequenas, ou pessoas idosas – e organizar encaixes das *bate-volta*, pessoas que chegam para a visita apenas nos domingos. Os encaixes das *preferenciais* nem sempre são bem sucedidos e causam reclamações, muitas vezes porque não beneficiaram quem teria o direito. A presença das *bate-volta* aos domingos adiciona uma camada de complexidade ao trabalho da *guia*, pois a porta da prisão se enche de pessoas e de possibilidades de desacordos em relação à organização da fila.



Tamara tem pouco mais de 20 mil habitantes e situa-se na região do estado conhecida como “Nova Alta Paulista”, a algumas centenas de quilômetros da capital e já próxima à divisa com o Mato Grosso do Sul. Assim como as demais pequenas cidades da região, abriga uma penitenciária construída no processo de “expansão interiorizada” dos presídios paulistas (GODOI, 2015). Esse movimento levou parte considerável das instituições prisionais para pequenos municípios do interior do estado que recebem presos de todas as regiões. Muitas vezes, a distância entre o local de moradia e o local de aprisionamento leva familiares a se mudarem para as cidades do interior, de forma a facilitar as visitas (SILVESTRE, 2012). Esse é o caso de Flora, dona da pensão, e de outras mulheres com as quais encontro durante a pesquisa.

A unidade prisional e a circulação de pessoas por ela fomentada se misturam à cidade e ao seu clima meio rural – carroças dividem o espaço das ruas com os carros, ônibus que transportam trabalhadores rurais vão e vêm pela vicinal que dá acesso à prisão. As mulheres que se mudam para a cidade ou que chegam aos finais de semana para visitarem seus maridos e filhos na prisão movimentam as ruas e comércios, lotam as pousadas e fazem

compras nos supermercados, e estão no centro da produção de classificações que estabelecem quem tem e não tem *cara de mulher de preso*. Quem me contou sobre isso foi uma das *guias* deste texto: Vitória, 33 anos. Ela se considera mais *discreta* do que outras mulheres de preso, e comentou que algumas pessoas *da cidade* já disseram que ela não se parece com uma.

Vitória não é *da cidade*. Ela vivia na região de Sorocaba e mudou-se para Tamara para estar mais perto do marido que está preso ali. Durante alguns meses ela chegou a morar em uma casa com outras duas mulheres cujos maridos também estavam na prisão – essas, segundo Vitória, gostavam de parecer que eram *mulher de preso*, falando alto no celular e explicitando a quem escutava que conversavam com os maridos. Quando uma das mulheres foi *abandonada* pelo marido – que a deixou para ficar com a *amante* – Vitória entregou a casa e passou a morar na pensão de Flora em troca de serviços domésticos: ela ajuda a limpar a casa e a cozinhar as encomendas que Flora e Fabiana vendem às mulheres que visitam.

Considerações sobre ter ou não ter *cara de mulher de preso* apareceram em outros momentos. Quando disse a uma mulher que eu não visitava, e sim fazia pesquisa, ela disse que eu não tinha mesmo *cara*. Perguntei que *cara* seria essa e ela replicou: *como se tivesse uma cara, né?* Voltou a me olhar, de cima a baixo, e fez um comentário final: *não, você não tem cara mesmo*. Imagino que a cara de mulher de preso passe não apenas pelos modos de usar o celular em público, mas também façam menção – ainda que velada – à cor da pessoa avaliada. Vitória é branca, eu sou branca – e ser *branquinha* e ter *olho claro* são sinais recorrentemente percebidos em mim e mobilizados pelas pessoas com quem converso em campo¹⁰.

Vitória tem dois filhos. O mais velho, de 19 anos, está preso em outra penitenciária do estado, próxima à sua cidade natal. A filha mais nova, adolescente, mora com o pai em Sorocaba. Vitória se sustenta com o dinheiro da pensão que recebe pela morte de seu primeiro marido – ela enviuvou aos 19. O atual marido, que está preso em Tamara, foi um namorado antigo, mas o reencontro entre os dois ocorreu *pela linha*, há mais ou menos quatro anos. O primo de Vitória estava preso e se comprometeu a apresentar

10. Para além da cor da pele e dos olhos, as roupas – consideradas meio estranhas – o tipo de pão *caro* que prefiro comer e até o cigarro, *coisa que universitário fuma*, foram elementos enunciados sobre mim no contexto da pesquisa. Penso que ao longo do doutorado será necessário discutir esses aspectos, que me situam em campo e são mobilizados pelas mulheres com quem converso para demarcarem diferenças.



uma mulher ao colega de cela. Feita a intermediação, Vitória e o atual marido começaram a conversar pelo telefone e ela não tinha certeza se queria visitá-lo até que a esposa do primo ponderou: *se você não teve sorte com homem vai lá, conhece ele, quem sabe você não muda ele?* Quando chegou à prisão na primeira visita e se reconheceram, decidiram que tentariam novamente.

Ainda que Vitória conhecesse o atual marido *da rua*, o reencontro dos dois foi mediado por um familiar preso e pelas conversas *na linha*. Com efeito, a conversa pelo telefone em uma espécie de namoro a distância que antecede o encontro, quando a mulher é incluída pelo homem preso em seu *rol* (a lista de pessoas autorizadas a visitá-lo) e passa a encontra-lo, existe em profusão entre as mulheres que se hospedam na prisão¹¹. Muitas delas conheceram seus parceiros pelo telefone, mediados por conhecidos, e firmaram seus relacionamentos a partir do início das visitas. O medo de que os maridos consigam *amantes* passa também por aí, pois muitos são os rumores, comentados na porta da prisão, sobre homens que conhecem outras mulheres *pela linha* e *compram um rol* para incluí-las, de modo que tanto a esposa quanto a *amante* possam visitá-lo¹². Vez ou outra alguma mulher presente na fila é apontada como *amante*, suspeita que pode recair sobre uma mulher por diversos motivos: se é muito nova, se aparece pouco na porta da prisão, se entra para visitar no *rol* de outro preso, se desconhece a matrícula do marido – o número que identifica a pessoa presa no sistema penitenciário. *Que mulher não sabe o número da matrícula do marido?*, pergunta uma que desconfiou da provável condição de *amante* de outra que estava à sua frente na fila.

Outra suspeita que vez ou outra recai sobre algumas mulheres é a de serem *garotas de programa*. Essa suspeita se desdobra, pois pode fazer menção tanto à vida da mulher na rua, quanto pode relacionar-se às motivações que levam determinadas mulheres a entrarem na prisão como visitas. *Ela diz que trabalha num restaurante, mas acho que ela é mesmo garota de programa*, revelava a desconfiança de uma mulher de que sua conhecida era *garota de programa na rua*; *essa aí visita o filho, mas também faz programa na cadeia*, questionava os (reais) motivos para a entrada de uma mulher na prisão.

11. Para que o nome de uma pessoa seja incluído no *rol*, no caso de família consanguínea, o/a preso/a deve explicitar sua concordância; para a inclusão de parceiras/os no *rol* a administração penitenciária exige, para além da concordância da pessoa presa, a certidão de casamento ou uma declaração de amásia, que deve ser reconhecida em cartório.

12. *Comprar um rol* diz respeito ao pagamento para que outros presos, que não recebem visitas, incluam nomes de pessoas em seu *rol* – atuando como um “laranja” na recepção da visita. Segundo as mulheres com quem conversei, essa é a tática para que um homem mantenha o relacionamento com a esposa e consiga também receber visitas da *amante*, geralmente em fins de semana alternados.



Em conversas posteriores, outras mulheres que se hospedavam na pensão comentaram que dizer que conhecia o marido *da rua* e que se reencontrou com ele *pela linha* é uma narrativa comum para apresentar um relacionamento¹³. Essa mobilização recorrente não questiona a palavra de Vitória, mas a coloca em consonância com a valorização de determinadas formas de relacionamento em detrimento de outras. Conhecer o marido *da rua* pode dirimir desconfianças em torno das figuras da *amante* e da *garota de programa*.

Ao mesmo tempo, conhecer o marido *da rua* é sinal de que o relacionamento é duradouro e impõe – ou tenta impor, ao menos – algum respeito. O relacionamento anterior à prisão é usado para aludir à longa *caminhada* pelas prisões paulistas e diferenciar-se das visitantes mais novas, assim como são usados os números da matrícula do esposo para demarcar o tempo como diferencial que demanda respeito: *eu sou da época que cadeia era coisa séria, não era essa patifaria*¹⁴. A idade, que ganha um caráter depreciativo em outras situações no mesmo contexto e, associada a ela, a experiência, são mobilizadas pelas mulheres para distinguirem-se das outras. Afirmar que *cadeia era coisa séria* alude a qualidades morais que diferenciariam as mulheres do ponto de vista geracional, indicando aquelas que teriam transitado por códigos de conduta mais estritos, de valor moral mais elevado. Ao mesmo tempo, as mais velhas conhecem mais do que as mais novas porque estão há mais tempo na *caminhada*. Um marcador de diferença que, a princípio, revelaria dimensões de desigualdade, produz certas possibilidades de atuação – embora não apaguem o risco de que os maridos sejam seduzidos pelas *novinhas*¹⁵.

As mulheres produzem categorias que informam sobre os relacionamentos com os homens presos, mas também informam sobre as relações que elas estabelecem entre si. Se gênero diz respeito à produção relacional de masculinidades e feminilidades (SCOTT, 1990), pode ainda dizer respeito à produção de feminilidades entre mulheres e, aqui, também entre *mulhe-*



13. Vale lembrar que o uso de aparelhos celulares é proibido no interior das unidades penitenciárias. O uso e a naturalidade com a qual se trata esse mesmo uso são dois outros fatores que nos ajudam a implodir a ideia de que a prisão é uma instituição disciplinar capaz de impedir a comunicação entre dentro e fora de seus muros.

14. O número de matrícula concedido em uma primeira passagem pela prisão segue inalterado em passagens posteriores. Um *número baixo* de matrícula significa que o preso em questão é *das antigas*, ou seja, ou passou por experiências prisionais anteriores, ou está preso há muito tempo. Em ambos os casos, o tempo é chave para entender a demanda por respeito à *caminhada*.

15. Os trabalhos sobre interseccionalidades e marcadores sociais da diferença mobilizam argumentos sobre possibilidades de atuação em contextos marcados por desigualdades. Ver, por exemplo: PISCITELLI, 2008; SIMÕES, FRANÇA e MACEDO, 2010; MOUTINHO, 2014.

res de preso e as amantes e garotas de programa. Ser mulher de preso é algo constituído na relação com o marido e com as demais mulheres da pensão e da fila, e demarca diferenças entre as mulheres que circulam ali. Tais categorias envolvem-se, também, na produção de hierarquias onde ser *mulher de preso* pode ser, ou não, uma acusação. Não parecer *mulher de preso* significa maior possibilidade de trânsito e diálogo com pessoas da cidade; ao mesmo tempo, a *mulher de preso* pode se diferenciar das *amantes e garotas de programa*, essas, sim, categorias acusatórias na porta da prisão.

Na pensão e na cozinha

Vitória, a moça que diz não parecer *mulher de preso*, dorme em um dos quartos destinados às hóspedes da pensão. A casa grande e antiga permitiu, após uma reorganização dos cômodos, que a pensão tenha cinco quartos coletivos que abrigam até 16 pessoas distribuídas em camas e beliches. Nos fins de semana mais cheios, algumas mulheres dormem nos sofás da sala. Eu também me hospedo nos quartos coletivos e a escolha do quarto onde ficarei ao longo do fim de semana é feita por Flora, a dona da pensão. As colegas de quarto durante minhas estadias são variadas. Mais jovens e mais velhas, em visita a maridos ou filhos. Eu conto sobre a pesquisa e elas me contam sobre o que fazem. Faxineiras, cabeleireiras, cuidadoras, aposentadas, *bicos* aqui e ali. Uma das mulheres com quem dividi o quarto e que visitava o marido, com quem era casada *na rua*, vendia produtos de *sex shop*. *Fiz um bingo erótico que foi um sucesso, as velhinhas piraram nos pintos!*

O único banheiro da casa é disputado nas madrugadas de sábado e domingo, quando as mulheres se aprontam para a visita. Aquelas que querem tomar banho formam uma fila informal que organiza o revezamento do uso do banheiro. Há, na porta do banheiro, uma folha de papel afixada por Flora que relembra a todas a condição coletiva e pede agilidade nos banhos.

Na sala e nos quartos, mulheres se maquiam, secam os cabelos e se vestem com variações de calça *legging*, camiseta e chinelo, enquanto outras arrumam as crianças que as acompanharão nas visitas¹⁶. As roupas sempre são

16. A direção de cada unidade penitenciária estabelece as vestes permitidas e proibidas para quem visita pessoas presas. Há, geralmente, uma ampla proibição de roupas das cores dos uniformes da penitenciária e aquelas que contenham detalhes em metal, capuzes e sapatos fechados – os detalhes em metal ou em qualquer outro material estão sujeitos à revista e podem ser motivo para um/a funcionário/a barrar a entrada da visita. Considerando o grande repertório de roupas proibidas, a maioria das mulheres veste calça do tipo *legging*, camiseta e chinelos (com ou sem meias). As cores, estampas e comprimentos são variados, ainda que algumas recorrências existam: os tons de rosa e as estampas de personagens de desenhos e filmes fazem sucesso entre as mulheres.



motivo para comentários – algumas consideram que as outras estão com roupas provocantes, que marcam o corpo e que mostram mais contornos do que deveriam. As primeiras a se aprontar esperam do lado de fora da casa até às cinco e meia da manhã, horário em que a perua parte para a primeira das muitas *viagens* que fará desde a cidade até a porta da prisão.

A cozinha da pensão fica do lado de fora da casa, próxima aos cômodos dos fundos que abrigam Flora e a família. Ítalo, marido de Flora, quase não fica na cozinha, pois aquele é um espaço das mulheres – sejam as donas da pensão fazendo os pratos que venderão durante o final de semana, sejam as hóspedes preparando os pratos que levarão nas visitas em um anexo da cozinha alugado por hora para quem quer cozinhar. O lugar das mulheres aqui é na cozinha, espaço da casa que representa a sociabilidade dividida entre homens e mulheres. Elas conversam à vontade entre si, mas é de bom tom ter uma relação mais reservada com Ítalo e evitar, assim, problemas com Flora e com os próprios maridos na prisão. *Mulher de preso nunca está sozinha*. A frase repetida à exaustão, em diferentes contextos, indica que as ações e relações estabelecidas pelas mulheres na rua não ficam desconhecidas na prisão.

Vitória dizia que somente após alguns meses morando na pensão ela se sentira à vontade para conversar mais tranquilamente ou *brincar* com Ítalo. Nos raros momentos nos quais outros homens – hóspedes com trabalhos temporários na cidade, vizinhos – circulam pela pensão, as relações entre os hóspedes e as hóspedes ou é de *evitação*, ou é mediada em conversas que contam com a presença de Ítalo e Flora.

A escolha das hóspedes por cozinhareem elas mesmas passa pela vontade de oferecer uma boa comida aos homens que visitarão, mas não só. *Nem que seja um ovo que você cozinhe, eu quero comer da sua comida* foi algo dito pelo marido a uma das mulheres que se hospedou ali. Ela, que não gostava de cozinhar, via-se comprometida a fazer alguma coisa – ou a comprar a comida feita por Fabiana e dizer ao marido que ela mesma tinha feito.

Enquanto algumas cozinham, outras, como eu, assistem à televisão que fica sobre a geladeira, fumam e conversam. Essa postura de não cozinhar não deixa de ser notada. Passando pela cozinha, Ítalo grita *ôôô Natália, vem aqui na mesa com as meninas, vê se aprende alguma coisa!*. Eu rio, e Flora



o repreende por estar na cozinha sem camisa. Eles discutem brevemente e ele deixa o espaço das mulheres.

A centralidade do saber cozinhar e o esforço em fazer a própria comida para levar a quem se visita indicam duas dimensões. Como já dito, os alimentos e itens levados pelas visitas são fundamentais para abastecer a prisão; mas, a comida feita pela mulher é substância que mantém laços, cria vínculos (CARSTEN, 2000) e não só alimenta o corpo, mas as relações entre as pessoas. Ao mesmo tempo, as mulheres ocupando a cozinha e cozinhando para seus homens repõem, em certa medida, a ideia de um cotidiano doméstico que, atravessado pela prisão, reconfigura-se de outras formas.

Cozinha também é lugar de compartilhar histórias, que mencionam quem vem à pensão no fim de semana, qual hóspede das semanas anteriores foi folgada, quem andou discutindo com o marido preso, as reviravoltas da novela ou os programas policiais que apresentam, incessantes, cenas relativas à cidade de São Paulo. *São Paulo tem muita violência, né? Eu não conseguiria voltar a morar lá, diz Flora. Aqui o máximo que acontece, de vez em quando, é marido matar mulher.*



Duas cobranças ou prisão não é brincar de casinha

As mortes de mulheres que representam a violência na cidade tiveram um paralelo envolvendo as visitas à prisão em um dos momentos em que estive na pensão. Quando cheguei, na manhã da sexta-feira, Fabiana e Flora começaram a contar o que acontecera algumas semanas antes: uma mulher que visitava o marido saiu da prisão, no fim do horário de visita, com marcas de espancamento e com os cabelos rapados¹⁷; os agentes de segurança, ao verem sua condição física, a levaram à delegacia da cidade, onde ela registrou um boletim de ocorrência por agressão. *Aí, me disseram que depois disso a mulher foi morta*, contou-me Fabiana, com cara de espanto.

O ocorrido foi assunto das conversas de muitas mulheres naquele fim de semana que levantavam rumores sobre o que teria acontecido. Diziam que

17. A raspagem de cabelos e/ou sobrancelhas aparece em outros trabalhos como ameaça presente nas discussões entre mulheres e seus maridos presos (FERRAZ DE LIMA, 2013). Rapar o cabelo seria uma possível forma de *cobrar* a mulher.

ela foi espancada e teve os cabelos rapados como punição por *trair o marido*; Flora emendou que a mulher *assumiu a traição* para o marido, e que depois disso ela era louca por ter voltado a visitá-lo porque ele podia *cobrar* pela *traição* dela. O clima de consternação que marcava as falas misturava-se a uma busca por compreender os sentidos do ocorrido.

O espancamento e os cabelos rapados, consumados, causaram espanto também nos homens presos, segundo algumas das mulheres. Nas conversas sobre o caso, uma delas nos disse que o marido e seus colegas de cela, que vivem no mesmo raio onde o caso ocorreu, surpreenderam-se com a ação do marido traído – eles não achavam que o marido teria coragem de *cobrar a traição*: *Ninguém acha que o cara vai ter coragem de fazer. Mas esse cobrou aqui e cobrou depois. Às vezes o que acontece é quebrar as pernas, os braços e mandar sair do bairro, mas esse mandou matar*. Após contar a reação de alguns dos homens presos, ela disse, em tom de alerta: *se quer trair separa, gente. O povo acha que aqui é brincar de casinha, mas não é. Mulher de preso nunca está sozinha*. O alerta supunha um certo desconhecimento, sobretudo das mulheres mais novas, acerca dos riscos em se relacionar com um homem preso e da necessidade de entender que as ações de uma *mulher de preso*, na *rua*, não passam despercebidas.

Em nenhum momento as mulheres que discutiam e comentavam o caso o circunscreveram como uma violência. Ao mesmo tempo, não interessa saber se a mulher foi, de fato, morta, ou se ela teve que se mudar do bairro onde vivia – uma segunda versão para o desfecho do caso que também circulava nas conversas. As discussões sobre o ocorrido eram permeadas por espanto e preocupação, mas ao mesmo tempo aludiam ao descuido da mulher espancada e reconheciam o encadeamento das ações e reações: a mulher *traíra o marido*; ela assumira a *traição* para ele; ela não devia ter voltado a visitá-lo na prisão; ela foi *cobrada* pela *traição*.

O ato de *cobrar* alguém por uma ação, que tomou proporções extremas no episódio envolvendo a mulher espancada pelo marido na prisão, ocorre em situações as mais diversas. Essa *cobrança*, no entanto, geralmente não é feita sem um *debate* anterior – instrumento de mediação que não se limita às discussões sobre o “mundo do crime” (FELTRAN, 2008; 2010), mas estabelece regras e moralidades que têm efeitos dentro e fora das prisões. Nos episódios aqui abordados, tais efeitos estão profundamente marcados



por gênero, produzindo e mobilizando certas disposições sobre a conduta das mulheres. As discordâncias e desavenças, de diversas proporções, só permitem que uma das partes *cobre* a outra após discussões coordenadas por *irmãos*, membros do PCC, presos – ainda que a desavença ocorra, por exemplo, entre duas mulheres que não estão presas, mas visitam a prisão. Nesse processo de debater as desavenças e chegar a uma conclusão sobre quem pode *cobrar* quem, produzir provas que reiteram a sua versão da história é fundamental – testemunhas e cópias de conversas ocorridas em aplicativos, por exemplo, são mobilizadas para demonstrar quem tem razão. Ter cuidado com o que se fala é tão importante quanto fazer uma gestão das informações para mobilizá-las em momentos posteriores e resguardar-se de problemas.

Um caso ocorrido entre duas mulheres que visitavam seus maridos é ilustrativo a respeito das relações entre dentro e fora da prisão que se revelam nas discussões em torno de discordâncias e em suas consequências posteriores. Ao mesmo tempo, o desenrolar e o desfecho do caso dizem algo sobre a dimensão relacional da *mulher de preso*. Vitória e Fabiana ficaram bravas quando viram uma mulher na fila da prisão, pois achavam que ela não merecia estar ali. Disseram-me que algumas semanas atrás ela pedira a outra mulher que entrasse com um pote de comida por ela, e o pedido foi aceito. Esse pedido não é incomum na porta da prisão e, como explico mais à frente, há pessoas que se oferecem para entrar com comidas em nome de outras como forma de solidariedade¹⁸. No entanto, havia alguns metros de fio – material cuja entrada é proibida – escondidos em meio à comida, e a mulher que aceitara levar o pote foi responsabilizada pela administração e impedida de entrar para visitar seu marido por tempo indeterminado – ou, em outras palavras, *tomou um gancho de tempo indeterminado*¹⁹. A mulher foi impedida de entrar e o marido, conseqüentemente, ficou sem visita.

Quando informado do acontecido, o marido da mulher punida *chamou pras ideias* o marido da dona do pote, ou seja, demandou uma discussão para que decidissem se ele teria o direito de *cobrar* o marido pelo ato da

18. A administração penitenciária limita as quantidades de produtos e potes de comida que cada visita pode levar por dia – na prisão de Tamara são permitidos dois potes, e cada item permitido no *jumbo* tem também limites de quantidades. Quando uma pessoa quer levar mais comida do que o permitido, ou quando um homem preso encomenda comidas *da rua*, há uma busca por mulheres que não estejam com o *jumbo* cheio e possam transportar alimentos e outros itens em suas sacolas.

19. A entrada de fios ocorre porque o material é importante, entre outras coisas, para o funcionamento dos telefones celulares



esposa. A solução do caso culminou em uma surra no marido da dona do pote. Fabiana, no entanto, não estava contente com a decisão: *eu acho que ela tinha que ter tomado um pau aqui fora também.*

A partir de um certo sentimento de injustiça compartilhado por Fabiana e Vitória, que se ofenderam com a presença da mulher que causou a celeuma na fila de visitas, perguntei *por que o marido foi cobrado por uma atitude da mulher?* Ambas responderam, enfaticamente: *porque é responsabilidade do preso instruir a visita.* A responsabilidade da ação não é exclusiva da mulher, pois o marido faltou com o compromisso de *instruir a visita*, dizer o que se pode e o que não se pode fazer. Tornar-se *mulher de preso* é produção que demanda relação e diálogo contínuo entre a mulher e seu preso, e este tem responsabilidade sobre suas próprias ações e sobre as ações de sua mulher. As ações da *mulher de preso* não passam despercebidas e são inseparáveis das ações do homem preso. Os modos de ação de uma e outro estão enredados. A ideia de que *mulher de preso nunca tá sozinha* ganha, aqui, outros sentidos.

Sair da prisão, sair da cidade



O *gancho* tomado pela mulher que se dispôs a levar o pote de comida pela outra não é um caso isolado, ainda que os motivos para o *gancho* sejam variados. Em um dos fins de semana em que estive na cidade, Vitória entrou para visitar seu marido e, depois de um tempo, voltou à barraquinha onde estávamos eu e Fabiana. Chorando, disse que *pegou um gancho* de seis meses, pois o detector de metais *apitou* quando ela estava passando²⁰. Ela disse que não tinha nada, além do aparelho ortodôntico, e desconfiava que um funcionário pudesse ter manipulado a máquina em seu desfavor. Fabiana – e outras a quem Vitória contava a história – perguntavam se ela não tinha *batido o pé*, se não tinha *feito um escândalo*, se não tinha discutido com os funcionários a respeito do *gancho*, e ela respondia que sim, que fizera o possível, mas nada funcionara.

Fabiana, ágil, consultou algumas das mulheres ali presentes sobre quem

20. O detector de metais é parte do processo da revista. As visitas devem se despir e atravessar o detector que tem o formato de um portal, indo e voltando através do seu vão. Quando o detector *apita*, as mulheres são impedidas de entrar naquele dia e recebem 15 dias de suspensão das visitas – o *gancho*. Se, no período de um ano, o detector *apita* com a mesma mulher uma segunda vez, o período de *gancho* amplia-se para um mês. Na terceira recorrência em menos de um ano, o *gancho* se amplia para seis meses de suspensão. Vitória recebeu *ganchos* anteriores e neste último, seu terceiro, teve a entrada suspensa por seis meses.

poderia levar ao marido de Vitória alguns dos itens do *jumbo* que ela entregaria na visita impedida pelo *gancho*. Enquanto a rápida redistribuição dos itens ocorria, uma mulher prestes a entrar no primeiro portão da prisão chamou por Vitória, que foi e voltou da conversa com mais lágrimas nos olhos. A mulher prontificou-se a levar coisas para o marido de Vitória em seu *jumbo* – produtos de higiene, alimentos etc. O que mais emocionou Vitória no ato da mulher se oferecer para fazer esse favor foi o fato de que as duas não são amigas, mal conversam na porta da prisão. *A gente nunca sabe de onde vem a ajuda*, disse.

Essa ajuda pode vir de amigas, de mulheres quase desconhecidas, mas também pode vir de lugares mais recônditos. Mais tarde, já de volta na pensão, Vitória viu no *gancho* um sinal relacionado a algo que uma *missionária* lhe dissera: que ela teria um *livramento* de Deus que a tiraria de uma situação difícil. O *gancho*, ainda que inscrito como algo ruim que a separou do marido por um período de tempo, foi reinscrito como o *livramento* de algo pior. Ela supôs que alguém pudesse (ou quisesse) envolvê-la em uma situação problemática e assumiu o *gancho* como um sinal, o que a reconfortou²¹.



O perigo de ser implicada em algo ou meter-se em uma situação produzida por pessoas mal-intencionadas não está presente apenas na explicação de Vitória sobre o *gancho* que levou – é receio frequente também entre os donos da pensão, Flora e Ítalo. Por vezes, demonstram cansaço com a vida em torno da pensão e, conseqüentemente, em torno da prisão. *Porque tem muita gente que não presta, tem muita gente que não cuida da própria vida, que só pensa em te prejudicar. Quando alguém fala alguma coisa eu já tenho que estar quatro passos à frente*. A necessidade de identificar gente que não presta para manter-se atento e diligente e o exercício de *estar quatro passos à frente* de eventos potencialmente prejudiciais produzem um sentimento contínuo de desconfiança com as pessoas e situações relacionadas à prisão que parece fazer parte do cotidiano da família de Flora e Ítalo. Esse sentimento de desconfiança parte, muitas vezes, de eventos concretos; em outras tantas circunstâncias, as desconfianças vêm produzidas por “rumores”, que constroem figuras, provocam julgamentos morais e fazem parte

21. A participação em igrejas – sobretudo evangélicas neopentecostais – é bastante presente entre mulheres com quem converso e também entre os donos da pensão e suas filhas. A ideia de *livramento* é mobilizada em outros contextos, quando uma situação potencialmente problemática tem um desfecho positivo – em viagens e em batidas policiais, por exemplo. Ao mesmo tempo, participar da igreja produz curiosas afinidades entre frequentadores do culto que não se fariam se considerada suas relações com a prisão. Um desses casos é a amizade entre agentes penitenciários e Flora, a dona da pensão, que recebe em sua casa *mulheres de preso*.

do clima de medo e de perigo incerto cujo desfecho pode ser inesperado (DAS, 2007).

Após o *gancho*, Vitória decidiu voltar para sua cidade. Lá ela ficará mais perto do filho que está preso, a quem vai visitar, e poderá preparar e organizar uma casa para morar com seu marido quando ele sair da prisão – coisa que, segundo ela, está próxima de ocorrer. Uma das grandes inseguranças que Vitória demonstra em relação a seu casamento é considerar-se *velha* para o atual marido, cinco anos mais novo. Ela teme que ele a deixe por uma mulher mais nova quando sair da prisão. A idade e o tempo de *caminhada*, aqui, não se traduzem em formas de se movimentar, mas mobilizam a preocupação em ser trocada por uma *novinha*.

Considerações finais

Busquei apresentar, ao longo do texto, algumas formas pelas quais a pensão e a porta da prisão são pontos de parada e de trânsito das mulheres que entram na prisão para visitar seus homens. Tanto a pensão quanto a porta da prisão são marcadas por solidariedade, mas também por tensões, desconfianças e produção de diferenças que buscam situar essas mulheres umas em relação às outras. Nesse movimento, a presença dos homens também é mobilizada – em números de matrícula e nos modos de agir com as atitudes de determinadas mulheres.

Uma categoria que se produz na relação com os maridos e nas estabelecidas entre mulheres, tramada na pensão e na fila da prisão, é a *mulher de preso*. Há, nela, moralidades implicadas que não só estabelecem diferenças entre as mulheres como também produzem hierarquias, sobretudo em relação às eventuais *amantes*. Ser *mulher de preso* pode ganhar contornos acusatórios na relação com pessoas *da cidade*, não envolvidas diretamente com a dinâmica prisional, mas é hierarquicamente superior a outras categorias que circulam na pensão e na fila. *Amantes* e *garotas de programa* sempre ganham um caráter acusatório e são atribuídas diante de comportamentos incomuns a uma *mulher de preso* como, por exemplo, não saber o número da matrícula do marido ou ter a condição de visita vinculada a um *rol* que não é o do marido.

Viver da prisão, como fazem Flora e Fabiana, é viver em meio a essas ten-



sões e tomar parte nelas – seja estando passos à frente de atos potencialmente prejudiciais, seja conhecendo os detalhes das brigas e desavenças, seja mantendo ativo um sentimento contínuo de desconfiança. Controlar o fluxo de informações sobre si e sobre outros é fundamental para que estas atuem em seu favor em caso de problemas, evitando-os ou garantindo argumentos quando *ir pras ideias* torna-se inevitável.

Há, por fim, uma questão em relação aos dois episódios de *cobrança* que me foram relatados em campo. As mulheres com quem conversei inseriram os episódios em ordenamentos onde um ocorrido desencadeava e produzia sentidos para o outro: a mulher foi espancada porque traiu o marido, no primeiro caso; o homem teve o direito de *cobrar* o outro pela má conduta da esposa, no segundo. Em ambos, o desenrolar dos acontecimentos não era apoiado pelas mulheres com quem conversei, mas não era completamente inesperado por elas – eram enredos possíveis, determinados diante de condutas de mulher de preso que não se desatavam das condutas dos seus homens.



Referências bibliográficas

BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2009.

CARSTEN, Janet (org.). *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge University Press, 2000.

COMFORT, Megan. *Doing time together: love and family in the shadow of the prison*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. University of California Press, 2007.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

_____. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. In: *Caderno CRH*, v. 23, n. 58, 2010, pp. 59-73.

FERRAZ DE LIMA, Jacqueline. *Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2014.

GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

LAGO, Natália; ZAMBONI, Marcio. *Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em contextos de privação de liberdade*. Caxambu: 40º Encontro da ANPOCS, 2016.

- MALLART, Fábio. *Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro*. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. In: *Cadernos Pagu* (42), 2014, pp. 201-248.
- PADOVANI, Natália C. *Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2015.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, 2008, pp. 263-274.
- RICORDEAU, Gwénola. Entre dedans et dehors: les parloirs. In: *Politix*, 2012/1 No 97, p. 101-123.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2), jul.-dez de 1990, pp. 5-22.
- SILVESTRE, Giane. *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões*. São Paulo: Alameda, 2012.
- SIMÕES, Júlio A.; FRANÇA, Isadora L.; MACEDO, Marcio. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. In: *Cadernos Pagu* (35), 2010, pp. 37-78

